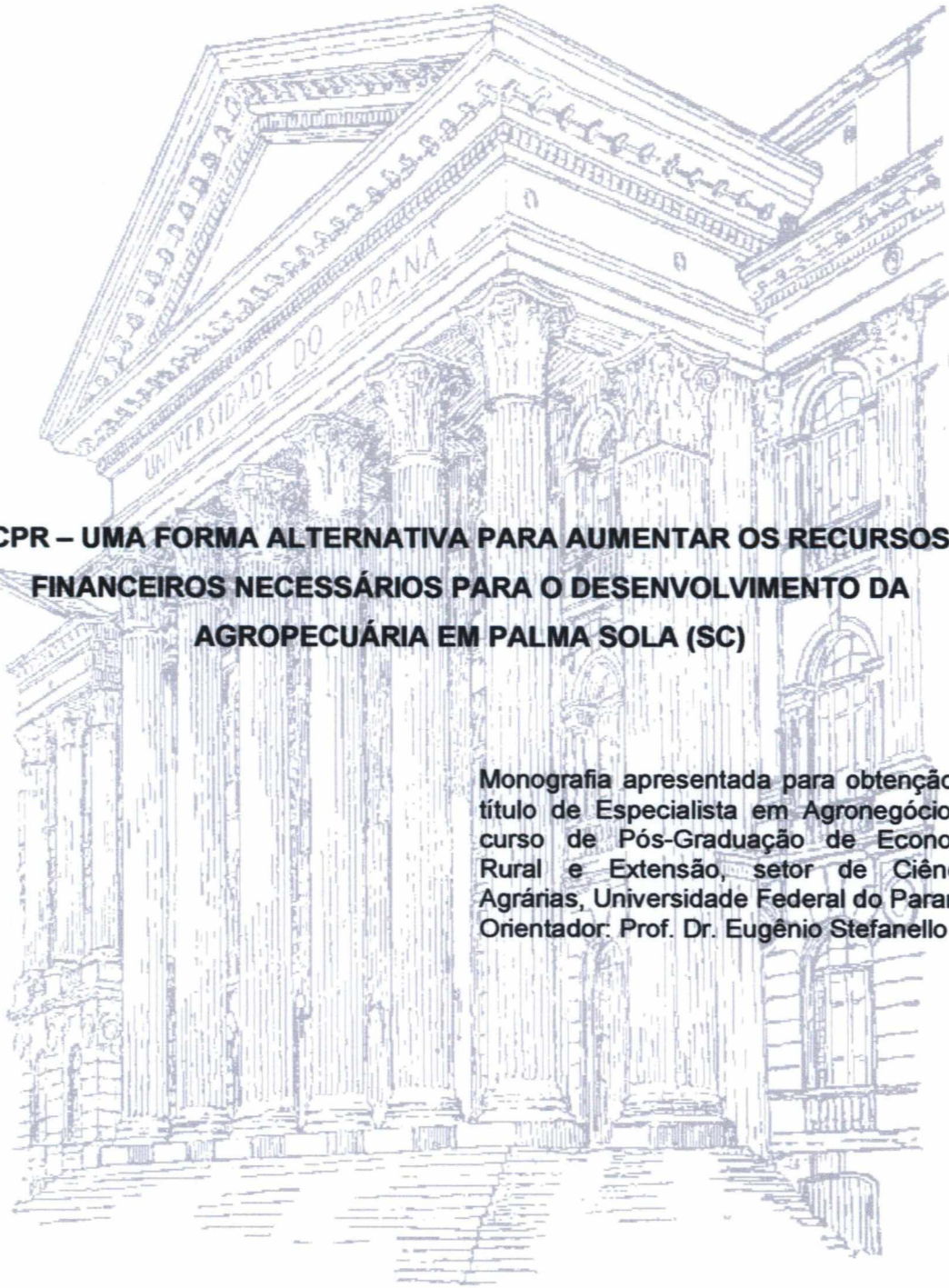


**JOSÉ EURICO DOS SANTOS**

**CPR – UMA FORMA ALTERNATIVA PARA AUMENTAR OS RECURSOS  
FINANCEIROS NECESSÁRIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA  
AGROPECUÁRIA EM PALMA SOLA (SC)**

**CURITIBA  
2004**

**JOSÉ EURICO DOS SANTOS**



**CPR – UMA FORMA ALTERNATIVA PARA AUMENTAR OS RECURSOS  
FINANCEIROS NECESSÁRIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA  
AGROPECUÁRIA EM PALMA SOLA (SC)**

Monografia apresentada para obtenção do título de Especialista em Agronegócio no curso de Pós-Graduação de Economia Rural e Extensão, setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná.  
Orientador: Prof. Dr. Eugênio Stefanello

**CURITIBA  
2004**

Para minha esposa Marinêz, meu querido  
filho Gustavo Eurico, meu pai e minha mãe,  
minhas maiores preciosidades.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus pela presença constante na minha vida. Sem a presença de Deus tudo seria ilusão.

Aos meus companheiros do Banco do Brasil, agência de Palma Sola (SC), pela compreensão e apoio prestados, principalmente nos momentos decisivos deste trabalho. Sem dúvida fazer parte desta equipe vencedora é um grande orgulho para mim.

Ao professor Eugênio Stefanello pelas orientações no decorrer deste trabalho.

As Universidades do mundo não podem esquecer que enquanto elas têm disciplina, a sociedade fora delas tem problemas e a função da Universidade é colocar estas multidisciplinas a serviço da solução dos problemas do mundo.

Alfonso Borrero, jesuíta colombiano

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO I - O CRÉDITO RURAL A PARTIR DAS TRANSFORMAÇÕES OCORRIDAS NO BRASIL EM 1964.....	15
CAPÍTULO II - A CPR NO ATUAL CONTEXTO.....	21
CAPÍTULO III - CPR – UMA REALIDADE EM PALMA SOLA (SC).....	25
CONCLUSÃO.....	35
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	37
ANEXO.....	38

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – ORIGEM RECURSOS PARA CRÉDITO RURAL – BRASIL.....	16
TABELA 2 – EVOLUÇÃO DOS RECURSOS DO CRÉDITO RURAL	18
TABELA 3 – ESTRUTURA FUNDIÁRIA – PALMA SOLA (SC).....	26
TABELA 4 – PRODUÇÃO AGRÍCOLA – PALMA SOLA – 2004.....	27
TABELA 5 – PRODUÇÃO PECUÁRIA – PALMA SOLA – 2004.....	27
TABELA 6 – EVOLUÇÃO BB-CPR – PALMA SOLA (SC).....	31

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS COM BB-CPR.....	24
---	----

## **RESUMO**

O crédito oficial destinado ao financiamento rural está se tornando escasso no Brasil. Diante deste cenário os produtores rurais, com necessidade de adaptar-se aos novos tempos, buscam fontes alternativas de financiamento. A CPR – Cédula de Produto Rural, surge como uma alternativa moderna de financiamento, em que o produtor rural busca no mercado recursos para conduzir suas atividades. Em Palma Sola (SC), este mecanismo está sendo empregado desde 2000 e atualmente é uma das principais fontes de crédito no meio rural.

## INTRODUÇÃO

A globalização é um fenômeno universal que afeta países, empresas e pessoas, em diferentes graus. Gera polêmicas porque há os que defendem um mundo globalizado e analisam este momento como sendo inevitável e útil para a humanidade. De outro lado estão aqueles que se posicionam contra este processo, pois acreditam estar a serviço dos países centrais, ratificando e consolidando o seu domínio sobre os países pobres.

Controvérsias à parte, todos concordam que a globalização vem provocando mudanças importantes no cotidiano dos agentes econômicos. Estas estão ocorrendo com uma velocidade maior do que em outros momentos da história, obrigando a todos a uma contínua adaptação ao novo.

No Brasil, a abertura da economia às importações ocorrida a partir dos anos 90, a criação do MERCOSUL, a participação do país na OMC e a estabilização econômica favoreceram o processo de inserção da economia neste movimento em escala mundial, tomando-a mais moderna e competitiva.

Diante deste cenário de transformações, o setor rural brasileiro é um dos mais afetados. O segmento moderno da agricultura brasileira é um dos mais contextualizados do mundo, incorporando inovações tecnológicas e obtendo altas produtividades, notadamente nas médias e grandes propriedades rurais.

A agricultura brasileira moderna utiliza tecnologia de ponta e com isso os resultados são comparados àqueles verificados nos países desenvolvidos. Sendo moderna, necessita de crédito para o custeio, investimentos e comercialização.

Até meados dos anos 80 o Estado era o maior supridor de recursos para o setor, situação que foi se modificando com a saída gradativa do governo das atividades empresariais, obrigando o setor à busca de fontes alternativas de recursos, como o financiamento próprio, a venda antecipada da safra, a troca de insumos por produto e a CPR.

A CPR – Cédula de Produto Rural, criada pela Lei 8.929/94 e alterada pela Lei 10.200/2001, é um título cambial, negociável no mercado e que permite ao produtor

rural ou suas cooperativas obter recursos para desenvolver suas atividades. Entre as modalidades da CPR se destacam a CPR física, a CPR financeira e a CPR exportação.

Na CPR Física o emitente vende antecipadamente parcela de sua safra e obriga-se a entregar, num vencimento futuro, a quantidade de produto negociada nas condições previstas na cédula; na CPR exportação o emitente vende antecipadamente parcela de sua safra a um importador não residente no país, nas condições semelhantes da CPR física; e na CPR financeira o emitente levanta recursos com base em parcela de sua produção e obriga-se a liquidar financeiramente o título, nas condições da cédula. A CPR, em suas diferentes modalidades, vem ganhando espaço e se transformando numa alternativa para os produtores rurais financiarem os seus empreendimentos a um custo relativamente baixo e sem depender do dinheiro oficial, cada vez mais raro, notadamente para os médios e grandes proprietários rurais.

Foca-se, neste estudo, a realidade vivenciada pelos produtores rurais no município de Palma Sola (SC), uma região que tem na agricultura a sua principal atividade econômica.

O município de Palma Sola localiza-se no extremo oeste do estado de Santa Catarina, distante aproximadamente 720 km de Florianópolis. A agricultura e o extrativismo da madeira são as atividades econômicas predominantes neste lugar.

O território do município é composto de um lado por áreas acidentadas, onde a agricultura familiar se desenvolve e na outra metade aparecem áreas planas, mecanizadas, utilizadas pela agricultura empresarial para a produção em grande escala de grãos, principalmente a soja e o milho.

Não muito diferente do restante do Brasil, nesta região a realidade contempla uma desigualdade, caracterizada de um lado, pelo progresso fazendo parte do dia-a-dia das grandes propriedades rurais, onde são verificadas produtividades semelhantes às aquelas propriedades localizadas nos países desenvolvidos e, de outro lado, verifica-se uma situação problemática presenciada nas pequenas propriedades rurais que não reestruturaram suas atividades.

A partir de 1996, para os pequenos proprietários rurais, a situação de carência de recursos foi amenizada com a criação do PRONAF (Programa Nacional de

Fortalecimento da Agricultura Familiar). Através desta linha de crédito, específica para os pequenos proprietários rurais, a situação da agricultura familiar no município de Palma Sola (SC), foi melhorada e alguns avanços foram sentidos neste setor.

O PRONAF, com taxa de juro prefixada possibilitou um planejamento mais adequado na condução das atividades nas pequenas propriedades, gerando condições mais propícias ao seu desenvolvimento, na maioria das vezes.

Para os médios e grandes proprietários rurais do município de Palma Sola nota-se que os recursos oficiais, a cada ano, estão mais escassos. Os gastos na condução da atividade aumentam, porém o dinheiro disponível não acompanha a necessidade de desembolsos dos produtores. Nota-se que, com os avanços tecnológicos e com a competitividade cada vez mais acirrada, a agricultura de escala passa a ficar mais dependente de capital. Os gastos são maiores, porém a produtividade também é superior.

A partir de 1990 a economia brasileira tornou-se mais aberta e globalizada, com o advento do Plano Real a política macroeconômica ficou mais consistente e, conseqüentemente, menos dependente de recursos governamentais. Isto fez com que os recursos de crédito passassem a depender cada vez mais do mercado. Assim, as dificuldades enfrentadas pelos médios e grandes proprietários rurais na obtenção de crédito, com taxa de juros compatível com os resultados da atividade, para financiarem suas atividades, ficaram mais nítidas.

Diante desta realidade, também observada no município de Palma Sola (SC), o presente estudo trata da CPR, um mecanismo moderno de captação recursos junto ao mercado para custear as atividades agropecuárias e sem ônus para o Estado.

O objetivo central deste trabalho é mostrar a importância da CPR para os produtores do município de Palma Sola – Santa Catarina, neste momento em que o crédito oficial com juros mais baratos está diminuindo gradativamente.

Os objetivos específicos do estudo são:

- 1 – Analisar a história do crédito rural no Brasil desde 1965.
- 2 – Discutir a importância da CPR neste cenário de globalização.

3 –Analisar a aplicabilidade da CPR como instrumento de crédito no contexto local, no município de Palma Sola (SC).

A metodologia empregada na análise dos objetivos propostos é efetuada, em relação ao primeiro objetivo, através de consulta bibliográfica em livros sobre o tema e leitura de textos específicos sobre o assunto.

O mesmo procedimento ocorre em relação ao segundo objetivo, além de um levantamento dos dados existentes junto ao Banco do Brasil.

Na análise do terceiro objetivo empregam-se dois métodos: um levantamento dos dados sobre o tema junto a agência local do Banco do Brasil; e a aplicação de um questionário junto aos produtores considerados médios ou grandes. O questionário é composto das seguintes perguntas:

- utiliza o banco para financiar suas atividades?
- os recursos financeiros disponibilizados pelo Governo Federal contemplam quanto por cento das suas necessidades para o desenvolvimento de cada uma das suas atividades?
- de que formas são conseguidos os recursos próprios para a condução de suas atividades?
- conhece a CPR? Em caso positivo, já utilizou ou utiliza este mecanismo para captar recursos?
- a CPR é um instrumento que supre a falta de recursos no campo?
- qual a sua opinião sobre este momento presenciado pelo setor rural, com avanços tecnológicos, recursos escassos distribuídos pelo Governo Federal e crescimento de formas alternativas para financiar a safra como a CPR?

Trata-se de um questionário aberto em que o produtor expõe, de forma livre, o seu ponto de vista sobre o assunto. As respostas às perguntas são analisadas juntamente com dados estatísticos coletados junto ao Banco do Brasil e que tratam sobre o desempenho da CPR na região.

Na apresentação do trabalho, o primeiro capítulo descreve a história do crédito rural no Brasil a partir de 1965; sua evolução e involução no decorrer do tempo. O segundo capítulo analisa o instrumento de crédito CPR e sua participação no atual

contexto. Um enfoque especial é dado para a CPR financeira, a modalidade mais praticada na região de Palma Sola (SC). O terceiro capítulo trata do uso e da transformação provocada pela CPR no meio rural de Palma Sola (SC). Em seguida vem a conclusão do estudo.

## **CAPÍTULO I**

### **1- O CRÉDITO RURAL A PARTIR DAS TRANSFORMAÇÕES OCORRIDAS NO BRASIL EM 1964**

O Brasil, com seus 8,5 milhões de quilômetros quadrados, é um país continental, onde tudo por aqui é imenso, desde as terras agricultáveis até a miséria do povo. É um país de contrastes bem acentuados, em que as diferenças sociais e econômicas são uma marca deste lugar.

Por ser um país de tamanho continental o Brasil possui uma grande variedade climática, o que possibilita o desenvolvimento de vários produtos agropecuários, desde aqueles típicos de regiões de climas quentes até aqueles adaptados aos climas mais frios. Tanto a extensão territorial do Brasil quanto às condições climáticas contribuem para que seja um lugar propício à produção de alimentos, fibras e energia renovável, e ser referenciado como um dos celeiros do mundo.

Com condições geográficas favoráveis para o desenvolvimento da agropecuária e em tempos de agricultura moderna, com inovações tecnológicas e altas produtividades, o crédito surge como um componente importante neste cenário.

O crédito é um fator importante para o desenvolvimento da agropecuária, neste momento em que é presenciada uma competitividade acirrada em todos os segmentos da sociedade. É um dos sustentáculos da agricultura moderna, que de fato iniciou o ciclo de modernização a partir das grandes mudanças ocorridas desde a década de 60.

Mudanças significativas visando o desenvolvimento do país aconteceram nesta época e segundo a Revista de Política Agrícola do MAPA (COELHO,2001), entre elas pode ser destacada a reforma do crédito rural ocorrida em 1965, logo após a criação do Banco Central. Esta reforma criou o SNCR - Sistema Nacional de Crédito Rural, que é parte da política de colocar o orçamento fiscal da União como uma das fontes de recursos oficiais para o crédito rural.

De acordo com o artigo sobre o Crédito Rural publicado na Revista de Política Agrícola do MAPA, (COELHO,2001), os objetivos do SNCR explicitados

formalmente pela lei 4.829 são: a) financiar parcela do capital de giro à produção e comercialização de produtos agrícolas; b) estimular a formação de capital; c) acelerar a adoção de tecnologia moderna e d) beneficiar especialmente pequenos e médios produtores rurais.

Para a Revista de Política Agrícola do MAPA (COELHO,2001), o SNCR previa a inclusão de todos os estabelecimentos financeiros na concessão de financiamentos agropecuários bem como a aplicação de taxas de juros mais baixas que aquelas adotadas em operações comerciais. As fontes dos recursos eram as mais diversas, que iam desde recursos próprios dos agentes financeiros até aplicações compulsórias sobre depósitos à vista.

A tabela 1 mostra a origem dos recursos financeiros destinados para o crédito rural num período de 20 anos.

TABELA 1. ORIGEM RECURSOS PARA CRÉDITO RURAL – BRASIL.

	Depósitos a Vista (1)	Autor. Monetária	Outros	Total
1966	-	-	100,0	100,0
1967	22,7	-	77,3	100,0
1968	16,9	-	83,1	100,0
1969	15,9	-	84,1	100,0
1970	14,2	-	85,8	100,0
1971	14,3	81,2	4,5	100,0
1972	13,0	82,4	4,6	100,0
1973	19,3	79,1	4,6	100,0
1974	14,6	81,8	7,6	100,0
1975	13,0	82,7	8,2	100,0
1976	11,1	85,5	8,5	100,0
1977	10,0	86,3	7,0	100,0
1978	11,0	87,1	5,4	100,0
1979	11,0	87,2	6,2	100,0
1980	10,0	86,4	3,6	100,0
1981	14,2	80,0	5,8	100,0
1982	11,1	83,7	5,2	100,0
1983	10,3	87,1	2,6	100,0
1984	8,2	90,1	1,7	100,0
1985	7,6	92,1	3,3	100,0

Fonte: Banco Central do Brasil.

Vale destacar que dentre os agentes financeiros o Banco do Brasil sempre foi o agente que supriu a maior parte das necessidades do crédito rural.

A agricultura sempre foi um segmento protegido na maioria dos países, notadamente naqueles desenvolvidos, onde o governo gasta muito para manter os seus produtores rurais competitivos.

No Brasil o apoio do Governo se deu na forma de viabilização do crédito. Recursos oficiais, com taxas de juros reduzidas, são disponibilizadas pelo Estado aos produtores rurais e, assim, suas atividades são conduzidas dentro daquilo que estabelece a agricultura moderna.

A tabela 2 mostra a distribuição dos recursos oficiais destinados para agropecuária por modalidade (custeio, investimento e comercialização) de 1965 até 1999.

TABELA 2. EVOLUÇÃO DOS RECURSOS DO CRÉDITO RURAL. ( Em US\$milhões)

Anos	Custeio	Investimento	Comercialização	Total
1965	562,40	156,60	54,30	773,30
1966	673,30	252,20	116,40	1.041,90
1967	861,00	267,10	181,10	1.309,20
1968	965,80	313,70	195,10	1.474,60
1969	1.732,70	460,60	1.160,10	3.353,40
1965/69 SOMA	4.795,20	1.450,20	1.707,00	7.952,40
1970	2.112,00	666,50	1.112,90	3.891,40
1971	2.446,80	910,60	1.272,90	4.630,30
1972	2.972,90	1.479,90	1.460,80	5.913,60
1973	4.706,90	2.028,70	2.144,20	8.879,80
1974	6.948,10	2.767,30	3.131,80	12.847,20
1975	8.481,90	4.357,80	4.718,30	17.558,00
1976	9.372,40	4.328,40	4.837,50	18.538,30
1977	9.751,60	3.692,30	5.026,10	18.470,00
1978	9.750,70	3.360,40	4.479,20	17.590,30
1979	12.253,00	3.606,90	4.581,90	20.441,80
1970/79 SOMA	68.796,30	27.198,80	32.765,60	128.760,70
1980	12.261,20	2.799,20	4.447,90	19.508,30
1981	11.841,20	2.318,60	4.817,70	18.977,50
1982	12.644,70	1.776,90	4.054,10	18.475,70
1983	7.250,20	1.604,80	2.260,30	11.115,30
1984	5.033,80	646,60	1.075,10	6.755,50
1985	6.100,60	800,50	1.438,40	8.339,50
1986	9.127,00	2.978,70	2.146,80	14.252,50
1987	9.885,30	1.740,20	1.954,80	13.580,30
1988	7.736,10	1.643,40	1.852,90	11.232,40
1989	10.897,80	1.236,10	1.304,10	13.438,00
1980/89 SOMA	92.777,90	17.545,00	25.352,10	135.675,00
1990	6.546,50	588,20	1.310,00	8.444,70
1991	6.527,20	445,80	776,70	7.749,70
1992	5.149,70	794,70	2.165,90	8.110,30
1993	4.262,80	1.198,80	1.898,20	7.359,80
1994	5.442,10	1.295,60	3.165,60	9.903,30
1995	3.995,30	819,20	1.207,40	6.021,90
1996	3.986,10	571,40	357,80	4.915,30
1997	5.207,06	804,91	799,77	6.811,74
1998	5.809,16	1.578,62	913,35	8.301,13
1999	4.399,88	1.115,54	975,44	6.490,91
1990/99 SOMA	51.325,79	9.212,77	13.570,16	74.108,78

Fonte: Banco Central do Brasil.

O que fica evidenciado é que os valores disponibilizados para o crédito rural, em meados da década de 80, sofreram uma redução significativa em função de fatores principalmente externos tais como a segunda crise do petróleo que ocorreu em 1979 e

a alta da taxa de juros nos Estados Unidos, ocasionando uma elevação na dívida externa dos países periféricos.

Diante disso o Governo se viu impossibilitado de continuar disponibilizando expressivos recursos fiscais para o crédito rural, sendo então criada a cademeta de poupança rural, que tinha como objetivo captar recursos que seriam destinados para o setor rural. Como eram recursos captados no mercado, o custo para os produtores rurais era bastante elevado e com isso as dificuldades sentidas no campo iam aumentando.

Com os sucessivos planos econômicos fracassados (Cruzado, Bresser, Verão e Collor), em que os produtos agrícolas, muitas vezes, tiveram seus preços tabelados e suas dívidas indexadas à variação monetária, ocorre um grande endividamento no setor rural brasileiro.

Com o Plano Real em 1994 veio a estabilização econômica e o Governo, preocupado que a situação da agropecuária pudesse desestruturar o plano, tratou de resolver o problema do endividamento, que era um dos principais entraves ao aumento dos investimentos e da produção.

Dentre as medidas tomadas pelo governo cabe destacar a securitização das dívidas rurais dos produtores, o Programa de Revitalização das Cooperativas Agropecuárias – RECOOP, o Programa Especial de Saneamento de Ativos – PESA, e em consequência de tudo isto, veio o Programa de Fortalecimento das Instituições Oficiais.

Com o ajuste das contas dos produtores rurais e com a economia estabilizada, condições novas de apoio financeiro foram criadas, como por exemplo, a redefinição dos recursos destinados ao setor rural, que passaram a ser denominados de controlados, a implementação da sistemática de “Equalização de encargos financeiros”, a instituição de diversas linhas de crédito do BNDES/Finame para investimento nas propriedades rurais e a definição de recursos específicos para a agricultura familiar, ou seja, o PRONAF e o PROGER rural.

Os recursos controlados, criados pelo Governo Federal em 1996, são fontes destinadas ao crédito rural, sendo subordinados a diversos critérios estabelecidos pelo

Banco Central, entre os quais destacam-se as taxas fixas de encargos financeiros, de 4% ao ano para a agricultura familiar e 8,75% ao ano para a agricultura empresarial.

Vale destacar também a existência de teto para o tomador de crédito e exatamente neste ponto é que as dificuldades surgem, notadamente para os médios e grandes proprietários rurais, pois os recursos são normalmente insuficientes para se praticar uma agricultura competitiva. O problema se acentuou principalmente no final da década de 90, pois o valor disponibilizado com recursos controlados para cada produtor rural tornou-se excessivamente defasado em relação ao custo por hectare, notadamente nas culturas do milho e da soja.

Uma das alternativas de financiamento que surge, por enquanto como complemento, mas que está aos poucos substituindo os recursos oficiais destinados ao crédito rural para os médios e grandes proprietários rurais é a CPR – Cédula de Produto Rural, em que o produtor busca no mercado os recursos para financiar suas atividades, sem ônus para os cofres do Estado.

## **CAPÍTULO II**

### **A CPR NO ATUAL CONTEXTO**

Neste cenário marcado por profundas transformações nos mais diversos setores da economia, o setor rural brasileiro, mais especificamente a agricultura empresarial, está sentindo, nos últimos tempos, problemas relacionados à oferta de recursos de crédito oficial com juros mais baixos do que aqueles praticados no livre mercado.

Os recursos financeiros com juros equalizados, destinados ao crédito rural, estão diminuindo gradativamente em relação às necessidades dos agropecuaristas. Isto significa dizer que o Governo está reduzindo a sua participação no crédito, obrigando os produtores a buscarem outros meios para complementar o dinheiro necessário para fazerem uma agricultura competitiva.

Diante deste cenário surge a CPR – Cédula de Produto Rural, criada pela Lei 8.929/1994 e alterada pela Lei 10.200/2001.

A CPR é um título cambial, negociável no mercado, e que permite ao produtor rural ou as suas cooperativas obter recursos para desenvolver sua produção ou empreendimento, com comercialização antecipada ou não do produto obtido. É um instrumento endossável, ou seja, pode ser repassado e vale a quantidade de produto nele previsto.

Qualquer produto agropecuário in natura ou que tenha sido beneficiado ou industrializado e produzido por agropecuaristas ou suas cooperativas pode ser objeto de uma CPR. Ela pode ser negociada diretamente do produtor para uma empresa, sem a necessidade de aval bancário. Também é possível negociá-la nas bolsas de mercadorias e no mercado de balcão, desde que registrada em sistema de registro e de liquidação financeira autorizada pelo Banco Central.

Para tornar a CPR mais atraente e segura para o seu comprador os bancos passaram a avaliar os emitentes, elevando com isso o custo da operação para o produtor, pois incide uma taxa de aval que oscila entre 0,45% a 0,70% ao mês.

Quando não há a figura do avalista existe a denominada CPR de gaveta, praticada principalmente nas operações das indústrias com os produtores rurais, envolvendo a troca de produto por insumos. Neste tipo de operação não há a taxa de aval, mas existe a despesa cartorária para a colocação dos bens do emitente como garantia da operação.

Com relação às modalidades da CPR, a financeira é uma das mais destacadas e surgiu em 1999. Diferentemente da CPR física que prevê a entrega do produto, a CPR financeira, que é a mais praticada, possibilita ao produtor rural tomar recursos no mercado para custear sua produção, ao longo do ano-safra, e sua liquidação é em dinheiro e não com a entrega do produto.

A CPR de exportação é uma outra modalidade em que o produtor faz a entrega física ao importador no porto de embarque. As regras dessa modalidade determinam que o produto seja negociado com comprador não residente no Brasil.

A CPR mostra sua versatilidade neste momento de adaptações às mudanças. Numa situação hipotética, se no momento de quitar os seus compromissos com o banco o produtor rural preferir não vender o produto em função do preço baixo, poderá emitir uma CPR sobre o produto que está armazenado e endossá-la ao banco, com isto, vai poder tomar um financiamento, honrar as suas dívidas dentro do prazo acordado, sem a necessidade de se desfazer do produto naquele momento.

Se para quem vende a CPR é um bom negócio, embora as taxas sejam mais elevadas que aquelas verificadas no crédito oficial com juros equalizados, para o investidor, no caso específico da CPR financeira, é um investimento atrativo e seguro, pois normalmente as taxas conseguidas são maiores que a maioria das aplicações financeiras e tornam-se seguras porque tem o aval de uma instituição financeira, ou seja, se o emitente não honrar o compromisso na data acordada, o banco, que é o avalista da operação, cumprirá o contrato, nos termos da lei.

Dentro deste contexto, em que a CPR se destaca como um instrumento eficaz para suprir a escassez de recursos oficiais no crédito rural, o Banco do Brasil é o agente mais atuante neste segmento. Já com sua marca, a BBCPR tem o aval do Banco do Brasil, garantindo ao comprador a entrega do produto ou o pagamento do

título. O Banco do Brasil atua neste segmento, analisando os clientes interessados na emissão, concedendo aval no título e auxiliando a colocação no mercado, por canais eletrônicos de comercialização ou através de negociações diretas.

As modalidades da BBCPR são as mesmas mencionadas para a CPR, ou seja, existe a BBCPR física, BBCPR financeira e a BBCPR Exportação.

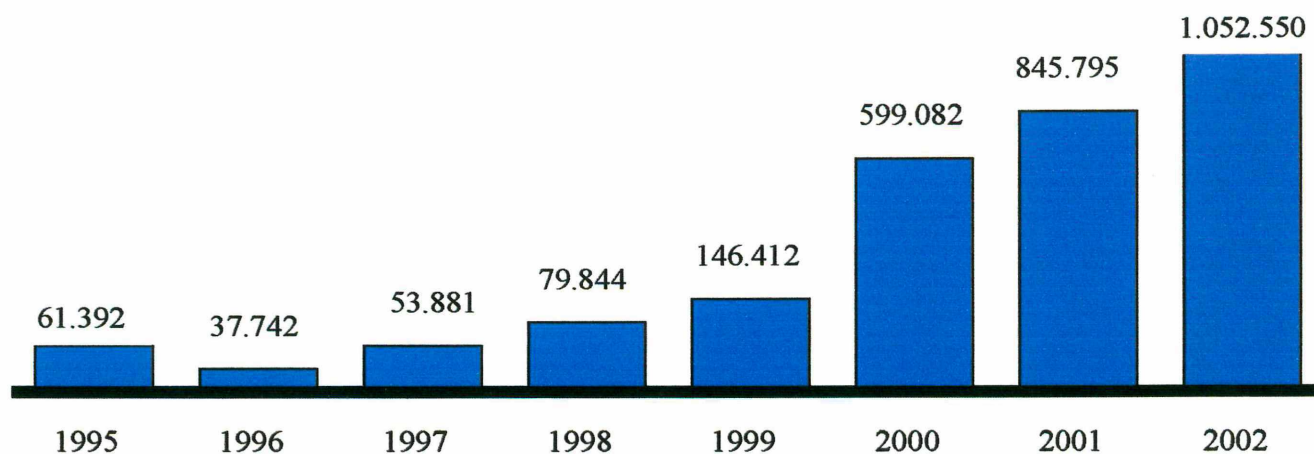
Dentro da BBCPR financeira existem três modalidades praticadas pelo Banco do Brasil. A BBCPR financeira PREÇO FIXO, na qual o preço de resgate, valor pelo qual o título será liquidado, já é definido no momento da emissão da cédula. A BBCPR financeira FUTURO BMF, cujo preço de resgate dependerá da cotação do mercado futuro na Bolsa de Mercadorias e Futuros, para o produto objeto da CPR, no seu vencimento. A terceira modalidade é a BBCPR financeira indicador ESALQ, em que o preço de resgate dependerá de quanto o indicador Esalq/BM&F estiver indicando para o produto objeto da CPR, no seu vencimento.

De acordo com os normativos vigentes do Banco do Brasil, os produtos que podem ser objeto de BBCPR, por tipo de instrumento, são: para a CPR Física e exportação o açúcar cristal, álcool anidro e hidratado, açúcar demerara, algodão (em caroço, em pluma, em fios) e caroço de algodão, arroz, café arábica e conilon, bovinos, milho, soja e trigo (somente produto colhido); para a CPR Financeira, na Futuro BM&F, o café arábica; na Indicador Esalq o boi gordo; e na Preço Físico praticamente todos os produtos agropecuários com os quais normalmente o banco opera.

O gráfico 1 evidencia o grande crescimento dos recursos avaliados pelo Banco do Brasil e aplicados em CPR, durante o período 1995 a 2002, mostrando que esta forma alternativa de financiamento rural ganha espaço à medida que os recursos oficiais estão cada vez mais escassos.

GRÁFICO 1. EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS COM BB-CPR

R\$ mil



Fonte: Banco do Brasil – Diretoria de Agronegócios.

Os dados explicitados obrigatoriamente na Cédula de Produto Rural são: promessa de entregar o produto com as características de quantidade e qualidade nela especificadas; nome do credor e a cláusula à ordem; data, local e condições de entrega; descrição dos bens cedularmente vinculados em garantia; data e lugar da emissão e assinatura do emitente.

### **CAPÍTULO III**

#### **CPR – UMA REALIDADE EM PALMA SOLA (SC)**

O estado de Santa Catarina está localizado na região Sul do Brasil. Sua extensão territorial é de 95.442,9 km<sup>2</sup>, ocupando 1,12% do território brasileiro e sua população é de cerca de cinco milhões de pessoas.

Segundo o IBGE, o estado é o maior produtor brasileiro de alho, maçã, erva-mate, mel carvão mineral, louça de mesa, cerâmica para revestimento, compressores, toalhas, tubos, conexões plásticas e ferro maleável; é o segundo em produção de cebola, pescado e fumo; é o terceiro em uva, banana, madeira, papel e papelão, mobiliário, produtos de matéria plástica, vestuário, calçados, artefatos de tecido, produtos têxteis e em número de cabeças de suínos e frangos.

A colonização do estado teve como alicerce a pequena propriedade rural baseada na policultura. A monocultura também aparece, porém em menor escala.

De acordo com Atlas Histórico (1971), o processo de ocupação do território catarinense envolveu três grandes regiões, ou seja, o Litoral, o Planalto e o Oeste, incluindo aí o meio e o extremo oeste.

O município de Palma Sola (SC) está localizado no extremo oeste catarinense, distante aproximadamente 720 km da capital do Estado. Segundo dados do IBGE (2000), a agropecuária, bem como a extração, transformação e industrialização de madeiras, comércio e serviços formam a base econômica deste município.

Com relação à estrutura fundiária no município de Palma Sola (SC) e de acordo com a Secretaria da Agricultura do município, existem 809 estabelecimentos rurais distribuídos da seguinte maneira:

TABELA 3. ESTRUTURA FUNDIÁRIA DE PALMA SOLA.

Área	Número de estabelecimentos
Até 02 hectares	49 estabelecimentos
De 02 a 05 hectares	114 estabelecimentos
De 05 a 10 hectares	155 estabelecimentos
De 10 a 20 hectares	312 estabelecimentos
De 20 a 50 hectares	146 estabelecimentos
De 50 a 100 hectares	18 estabelecimentos
De 100 a 250 hectares	07 estabelecimentos
Acima de 250 hectares	08 estabelecimentos

Fonte: Secretaria Municipal de Agricultura.

Vale destacar que as 08 (oito) propriedades rurais com mais de 250 hectares possuem aproximadamente 60% da área agricultável do município. Isto evidencia uma forte concentração fundiária local, num estado caracterizado pela existência da pequena propriedade rural. Em Palma Sola a agricultura familiar está presente na maioria dos estabelecimentos, contrastando com as grandes propriedades rurais que basicamente produzem grãos para exportação.

Na safra 2003/2004, de acordo com a Secretaria da Agricultura do município de Palma Sola, foram plantados 5.200 hectares de soja, basicamente nas grandes e médias propriedades rurais.

O milho, nesta mesma safra, foi plantado numa área de 8.500 hectares, sendo que 3.000 há estão situados nas grandes e médias propriedades rurais e o restante nas pequenas propriedades.

A área de trigo cultivada em 2004 foi de aproximadamente 2.000 hectares e está basicamente dentro da média e grande propriedade rural do município.

A tabela 4 relaciona os produtos agropecuários produzidos em Palma Sola (SC) e a tabela 5 os produtos de origem animal.

TABELA 4. PRODUÇÃO AGRÍCOLA – PALMA SOLA – 2004.

Cultura	Área Cultivada
Milho	8.500 ha
Soja	5.200 ha
Trigo	2.000 ha
Feijão	270 ha
Fumo	349 ha
Mandioca	200 ha
Erva Mate	144 ha
Eucalipto	1.742 ha
Pinus	268 ha

Fonte: Secretaria Municipal de Agricultura.

TABELA 5. PRODUÇÃO PECUÁRIA – PALMA SOLA – 2004.

Criações	Rebanho
Suínos Matrizes	1.650
Suínos Rebanho Total	9.390
Avicultura corte	2.331.840
Ovinos	880
Bovinocultura leiteira	3.375
Bovinocultura total	10.405

Fonte: Secretaria Municipal de Agricultura.

A média e a grande propriedade rural dedicam-se exclusivamente à produção de grãos (milho, soja e trigo). A pequena propriedade rural do município, com exceção da soja e do trigo, desenvolve todos os produtos agropecuários mencionados nas tabelas 4 e 5.

Dentro deste cenário, cabe destacar que não se pratica mais nesta região a agricultura de subsistência. A grande propriedade rural e a pequena propriedade rural estão produzindo para o mercado, utilizando técnicas modernas de produção, com alto padrão de qualidade e elevada produtividade.

A agricultura moderna instalou-se nesta região, de forma mais acentuada, com a inauguração da agência do Banco do Brasil em Palma Sola, no ano de 1982. Até

então, a grande maioria dos produtores utilizava-se de outros mecanismos para financiar as safras, entre os quais destaca-se o troca-troca com empresas agropecuárias da cidade. O deslocamento até cidades como Dionísio Cerqueira (SC) ou São Miguel do Oeste (SC), para contratação de financiamentos rurais junto ao Banco do Brasil, tornava-se difícil, naquela época, devido à precariedade das estradas. Os grandes proprietários rurais ainda se dedicavam quase que exclusivamente à extração de madeira e em menor escala a produção de suínos.

Segundo Agenor Munaro, Secretário Municipal de Agricultura e Técnico em Agropecuária, atuando na região há 20 anos, com a instalação da agência do Banco do Brasil em Palma Sola (SC) o setor se modernizou; Investimentos foram feitos numa época em que o dinheiro oficial era farto.

Porém com a chegada do plano cruzado, o primeiro de uma série de planos de estabilização da economia, na sua maioria mal sucedidos, a agropecuária ficou numa situação complicada, pois muitas vezes o plano congelava o preço do produto agropecuário, mas o juro do financiamento rural no banco continuava sendo indexado à correção monetária.

De acordo com a agência local do Banco do Brasil, a situação problemática fica bem evidenciada neste período para o setor rural do município, onde a inadimplência aparece com grande destaque e somente é estancada mais tarde (1995) com a securitização das dívidas rurais.

De uma situação precária vivida até 1995, atualmente os produtores do município de Palma Sola, notadamente os médios e grandes, passam por momentos de grande desenvolvimento dentro da atividade rural. Esta situação poderia ser ainda melhor se não fosse o problema do crédito oficial, diminuindo gradativamente safra após safra.

Em 1995 a inadimplência na carteira de crédito rural do Banco do Brasil na agência de Palma Sola (SC) chegava a 28%. Atualmente, do dinheiro aplicado pelo Banco na agropecuária do município, aproximadamente 99% dos valores retornam dentro dos prazos acordados.

O crédito rural com juros equalizados no início deste novo período, ou seja, após a normalização das dívidas dos produtores rurais, foi de fundamental importância neste processo de transformação positiva. Embora sempre com um teto máximo estipulado por produtor na safra, os valores supriam uma boa parte das necessidades financeiras do produtor rural para a condução das atividades.

A situação dos produtores rurais ainda é bastante confortável, graças principalmente às excelentes safras aliadas ao preço elevado dos produtos agropecuários, nos anos safra 2001/02 a 2003/04, principalmente a soja. Porém, com relação ao crédito, com juro abaixo do mercado livre, a situação não é tão tranquila.

Criada em 1994, a CPR ainda não era conhecida na região até o ano de 1999, pelo fato de que não havia ainda no início do Plano Real, logo após o acerto das dívidas dos produtores rurais, a necessidade de procurar fontes alternativas de financiamento rural. Os valores disponibilizados, com juros equalizados, atendiam quase que na plenitude as necessidades de custeio dos produtores rurais. A pouca diferença que faltava o agricultor acertava diretamente com a empresa fornecedora de insumos.

Com o agravamento da situação relacionada à escassez do crédito com recursos oficiais, a partir de 2000 o Banco do Brasil, agência de Palma Sola, aos poucos vai disseminando este importante mecanismo de financiamento rural.

Nos dois primeiros anos foi pequena a adesão ou aceitação à idéia de que a CPR era um produto moderno e capaz de complementar de forma eficiente a falta de recursos financeiros para o setor rural. Os produtores ainda preferiam acordos diretos com empresas agropecuárias, normalmente a juros até mais elevados que a CPR. O ano de 2002 pode ser considerado como o início da era da CPR no município de Palma Sola. A partir da safra 2002/2003, segundo a agência local do Banco do Brasil, a prestação de aval em CPR foi significativa, superando todas as expectativas.

A soja, o milho e o trigo são os produtos agrícolas que estão sendo utilizados pelos produtores rurais para captar recursos através de CPR.

Em setembro/2004, a agência do Banco do Brasil de Palma Sola possuía 33 contratos, sendo 11 de soja, 06 de trigo e 16 milho. Levando em conta que o município,

como já destacado anteriormente, produz 5.200 hectares de soja e 3.000 hectares de milho pelos médios e grandes proprietários rurais e considerando um custo médio/há de R\$ 800, e R\$ 1.100,00 respectivamente, constata-se que a área financiada com recursos da BBCPR atinge aproximadamente 40% do total de lavouras cultivadas, dentro da grande e média propriedade rural. No princípio os produtores procuravam este mecanismo para complementar os recursos necessários à implantação das lavouras. Atualmente, a procura pela CPR é constante ao longo do ano, estando presente nas diversas fases da cultura. A BB-CPR financeira é a modalidade praticada na região e os volumes de negócios são significativos.

A CPR de gaveta, de acordo com a COOPER ALFA, principal empresa do ramo agropecuário da região, ainda não é praticada na região. Isto reforça a afirmação que a BB-CPR é a modalidade que mais alavanca recursos financeiros para a atividade rural da região.

Os produtores da região assimilaram esta nova proposta de financiamento, como comprova o levantamento dos recursos aplicados, na posição de setembro de 2004. De acordo com o Banco do Brasil de Palma Sola (SC), a agência tem aplicado, de recursos controlados para os médios e grandes proprietários rurais, o total de R\$ 3.050.000,00 (três milhões cinqüenta mil reais) e para CPR o total é de R\$ 3.550.000,00 (três milhões quinhentos e cinqüenta mil reais), no mesmo período.

A tabela 6 evidencia a evolução dos negócios com CPR na agência do Banco do Brasil de Palma Sola (SC), a partir de 2000.

TABELA 6. EVOLUÇÃO BB-CPR – PALMA SOLA (SC).

Ano	Contratos	Valor
2000	05	R\$ 220.000,00
2001	11	R\$ 470.000,00
2002	16	R\$ 1.950.000,00
2003	26	R\$ 2.540.000,00
2004	33*	R\$ 3.550.000,00

Fonte: Banco Brasil – Palma Sola.

\* Números apurados até set/2004.

Os números apontados na tabela acima estão referindo-se exclusivamente a BB-CPR financeira.

Para o Banco do Brasil, agência de Palma Sola, a CPR física na região não desperta a atenção dos produtores rurais que preferem a CPR financeira para captar recursos financeiros. Dentre os dificultadores para comercializar a CPR física cita-se o fato de que somente empresas do ramo agropecuário podem participar da compra. Outro aspecto é de que os produtores rurais preferem não comercializar antecipadamente a safra, deixando o produto disponível para a venda num momento de alta de preços.

O trabalho de campo constata que a utilização de crédito, principalmente através do Banco do Brasil, é maciça por parte dos produtores rurais de Palma Sola. Não há como se fazer agricultura moderna sem dinheiro e, dentro deste contexto, a participação do Banco do Brasil é fundamental.

Todos os produtores entrevistados concordam que o período é de intensas mudanças em todos os segmentos da sociedade. A globalização atinge a todos e provoca transformações jamais sentidas antes na sociedade.

O setor rural também sente estas transformações. Produzir quantidade com qualidade é uma exigência dos novos tempos e, para isto, dentre os fatores que se destacam para tornar uma propriedade rural viável está o crédito. Não há como produzir sem dinheiro. Inovações tecnológicas que, por consequência, trazem altas produtividades, exigem um alto custo de produção.

O questionário foi aplicado em 06 grandes proprietários e em 03 médios proprietários rurais. Todos os entrevistados utilizam o banco para financiar as suas atividades, o que demonstra a importância do crédito nos tempos atuais.

Com um custo médio por hectare de R\$ 1.100,00, e com um teto máximo estipulado em R\$ 400.000,00, o financiamento de milho com recursos oficiais, contemplaria quase que na sua plenitude as necessidades dos médios proprietários rurais, porém do valor orçado para o financiamento, devido à escassez de recursos com juros a 8,75% ao ano, o banco exige que 70% apenas do valor seja contemplado com recursos controlados.

Para os grandes proprietários rurais, que normalmente tem um orçamento para o milho atualmente superior a R\$ 800.000,00, a situação fica mais complicada. São apenas 50 % das necessidades financeiras atendidas com juros de 8,75% ao ano.

Com relação à soja, um produtor que cultiva 300 hectares tem um custo total de aproximadamente R\$ 250.000,00. O teto para o produto, no tocante a recursos controlados, é de R\$ 150.000,00 e isto evidencia a enorme dificuldade do produtor rural em conduzir a atividade com recurso oficial, em que a taxa de juros é menor do que aquela praticada no mercado.

Dos produtores entrevistados todos estão utilizando a CPR como forma de suprir a falta de dinheiro para conduzir a lavoura, porém o uso de outros meios tais como os acordos diretos com as cooperativas e empresas agropecuárias continuam acontecendo, até porque, no caso específico do Banco do Brasil, cada produtor rural possui um limite de crédito disponível e que não poderá de forma alguma ultrapassar o teto ali estipulado. Operações de custeio, investimento e comercialização impactam neste limite de crédito que não pode ser excedido, de acordo com as normas do banco.

Para o Sr. Richard Crestani, proprietário rural da região, a CPR, embora com um custo um pouco maior que aqueles do crédito oficial, é ágil, sem muita burocracia.

O Sr. Jaime Link, também produtor rural, enfatiza a importância da CPR neste momento em que o crédito oficial não atende as expectativas da agropecuária. Para ele o crédito oficial é importantíssimo para o desenvolvimento de suas atividades e não deveria ser abandonado pelo governo. A CPR para ser mais viável, segundo o Sr.

Jaime, teria de ter o seu custo reduzido, pois qualquer adversidade que possa a vir ocorrer no meio rural, ou seja, através das condições climáticas ou até mesmo uma crise nos preços dos produtos agropecuários, com a CPR a um custo não muito baixo para o produtor rural, ela poderia facilitar uma derrocada geral no meio rural, pois o juro ainda é bastante elevado.

O Sr. Claudiomar Crestani destaca os avanços que estão acontecendo no meio rural, porém lembra que o Governo Federal está mais voltado para a agricultura familiar do que para a agricultura empresarial, que é de fato aquela que contribui para trazer divisas para o país. Para ele, mesmo com mecanismos como a CPR, tendo em vista as normas internas do Banco do Brasil tais como o limite de crédito para o produtor rural, a agricultura no país enfrenta entraves que dificultam um desenvolvimento ainda maior.

Os depoimentos dos 03 proprietários rurais destacam, alguns de forma direta, outros indireta, a importância da CPR para o desenvolvimento das atividades.

Para os produtores rurais, de uma maneira geral, a CPR está sendo eficaz, porém o governo deveria continuar dando assistência com crédito a juros fixos para o campo, pois somente deste modo o país continuaria sendo competitivo no setor rural.

Diante das considerações acima destacadas pelos produtores rurais, constata-se que a CPR é um mecanismo importante, mas que necessita de alguns ajustes, na visão dos produtores, para tornar-se uma forma alternativa bem sucedida e eficaz de financiamento às atividades rurais no país.

Desde a criação da CPR em 1994, algumas reformas estão transformando este instrumento. A mais recente foi a ocorrida em agosto de 2004, na qual o Banco do Brasil passou a comprar diretamente do produtor a CPR nos casos em que os valores negociados sejam iguais ou superiores a R\$ 20.000,00. Diante dessa situação o produtor não terá mais a taxa de aval que contribuía significativamente para elevar o custo da operação.

Com estas mudanças, as expectativas dos produtores, gradativamente estão sendo atendidas, contribuindo para que de fato a CPR venha a substituir o crédito oficial dentro de um espaço de tempo não muito longo.

Vale destacar que no momento destas mudanças ocorridas com a CPR e, mais especificamente a BB-CPR, o estudo de campo já havia sido realizado e, portanto, não existe comentário específico sobre esta transformação por parte dos proprietários rurais.

No entanto, com base nos questionários respondidos, pode-se inferir que esses ajustes provocados pelo Banco do Brasil na BBCPR serão bem aceitos no meio rural palmassolense e contribuirão ainda mais para um aumento na captação de recursos através deste mecanismo.

## CONCLUSÃO

O estudo desenvolvido mostra a importância da CPR neste atual contexto para a agricultura do município de Palma Sola (SC). Num período de redução de recursos com taxas de juros mais acessíveis e disponibilizados pelo Governo Federal, surge a CPR para atender a demanda por crédito rural, embora com um custo mais elevado que a praticada nos recursos controlados.

No decorrer deste trabalho a história do crédito rural no país foi abordada, desde a grande transformação ocorrida em 1965 até os dias atuais. Evidencia-se uma evolução dos recursos disponibilizados pelo Governo até meados da década de 80 e a seguir, gradativamente, estes valores estão sendo diminuídos, provocados pelas profundas transformações acontecidas na economia brasileira.

Dentre os objetivos traçados para este estudo, o segundo capítulo mostra a CPR e sua participação no atual cenário. Constata-se uma evolução dos recursos avalizados pelo Banco do Brasil em Cédulas de Produto Rural.

Em Palma Sola (SC) nota-se uma mudança de postura por parte dos médios e grandes proprietários rurais. Questionários aplicados evidenciam que a CPR é algo diferente e está sendo encarada como uma forma alternativa de complemento aos recursos financeiros oficial, essencial para o desenvolvimento da atividade agropecuária.

Constata-se que a CPR financeira é a modalidade praticada na região e este mecanismo, que é um complemento aos recursos oficiais disponibilizados para o crédito rural, numa análise de cenário, em breve, passará a ser a principal fonte de recursos financeiros destinados para o setor rural palmassolense. De acordo com o Banco do Brasil, agência de Palma Sola, principal financiador do meio rural na região, os contratos e também os valores avalizados em CPR, estão crescendo ano após ano.

Numa sociedade que encara constantemente mudanças, típicas de um mundo moderno e competitivo, percebe-se que em Palma Sola (SC), especificamente o meio rural do município, as transformações estão acontecendo principalmente no que se refere à implantação de novas tecnologias, com o uso de técnicas adequadas à

realidade, tudo isto aliado à participação da CPR como meio de fundamental importância para suprir as necessidades financeiras das propriedades rurais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Massilon. **Fundamentos de Agronegócios**. São Paulo: Atlas, 2003.
- BANCO CENTRAL – BACEN. **Manual do Crédito Rural**. Brasília: 1989.
- Banco do Brasil e o Agronegócio Brasileiro**. Brasília, 2003.
- BANCO DO BRASIL, Informações Gerais sobre a BB CPR. Site visitado: [www.agronegocio-e.com.br](http://www.agronegocio-e.com.br), 25 de outubro de 2004.
- CAFFAGNI, L.C. **Financiamentos formais e potenciais para a agropecuária**. Rio de Janeiro: BMF, 1994.
- GASQUES, J.G.; VILLA VERDE, C.M. **Novas fontes de recursos , propostas e experiências de financiamento rural**. Brasília: IPEA, 1995.
- GONZALES, B.C.D de R. **Os ambientes contratual e operacional da Cédula de Produto Rural (CPR) e interações com os mercados futuros e de opções**. Piracicaba: ESALQ/USP, 1999.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. Instrumentos de Comercialização Rural. Site visitado: [www.agricultura.gov.br](http://www.agricultura.gov.br), 16 de outubro de 2004.
- MONTOYA, P.A.S. **A cédula de produto rural (CPR) como alternativa para o financiamento da produção agropecuária**. 1996. 109p. Dissertação (Mestrado em Agronomia) Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, USP, Piracicaba, 1996.
- PIAZZA, Walter F. **A colonização de Santa Catarina**. Florianópolis: Lunardelli, 1994.
- PIAZZA, Walter F. **Atlas histórico de Santa Catarina**. Florianópolis: Plano Nacional de Educação do Estado de Santa Catarina, 1971.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, Revista de Política Agrícola, **Pecuária e Abastecimento**. Brasília: Gráfica da Campanha Nacional de Abastecimento – CONAB, 2001.
- SECRETARIA DE ESTADO DE COORDENAÇÃO GERAL DE PLANEJAMENTO. **Atlas Escolar de Santa Catarina**. Rio de Janeiro, Aerofoto Cruzeiro, 1991.

**ANEXO – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PRODUTORES RURAIS**

1 – Utiliza o banco para financiar suas atividades?

2 – Os recursos financeiros disponibilizados pelo Governo contemplam quanto por cento das suas necessidades para o desenvolvimento das atividades?

3 – De que forma são conseguidos os recursos próprios para a condução de suas atividades?

4 – Conhece a CPR? Caso positivo, já utilizou ou utiliza este mecanismo para captar recursos?

5 – A CPR é um instrumento que supre a falta de recursos no campo?

6 – Qual a sua opinião sobre este momento presenciado pelo setor rural, com avanços tecnológicos, recursos escassos distribuídos pelo governo e crescimento de formas alternativas para financiar a safra como a CPR?